

S  
UFRJ/IEI  
TD159

044115-5

de Federal do Rio de Janeiro

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 159

A POSIÇÃO DO ENSINO DE ECONOMIA  
NA UFRJ: FUNCIONÁRIOS, PROFESSO-  
RES E VERBAS

Anna Luiza Ozorio  
Sonia Comensoro  
Carlos E. R. de Mendonça

Maio/1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



A POSIÇÃO DO ENSINO DE ECONOMIA NA UFRJ:  
FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E VERBAS

Anna Luiza Ozorio de Almeida  
Sonia Coelho M. Gomensoro  
Carlos E. R. de Mendonça  
Maio/1988



43 - 016415

anpec

Este trabalho foi impresso  
com a colaboração da ANPEC  
e o apoio financeiro do PNPE

PNPE

FEA-UFRJ  
BIBLIOTECA

Data: 11 / 7 / 88

N.º Registro: 044115-5

MS98475

5  
UFRJ/IEI

TD 159 FICHA CATALOGRÁFICA

Ozorio, Anna Luiza

A posição do ensino de economia na UFRJ; funcionários; professores e verbas / Anna Luiza Ozorio de Almeida, Sonia Gomensoro, Carlos E.R. de Mendonça - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1988.

31 p.; 21cm (IEI/UFRJ. Texto para Discussão, 159).

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de Economia e Administração - Avaliação. I. Série.

A POSIÇÃO DO ENSINO DE ECONOMIA NA UFRJ:  
FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E VERBAS

01. INTRODUÇÃO: A SITUAÇÃO GERAL DO ENSINO DE ECONOMIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O trabalho de Iniciação Científica de Alexis Toríbio Dantas e Antonio Henrique Pinheiro Silveira, realizado de maio/86 a abril/87, recoloca, pela simples divulgação dos dados nele contidos, a questão do papel que cabe ao ensino de Economia na universidade brasileira.

É fato que o ensino desta disciplina, na UFRJ, atingiu, nos dois últimos anos, elevado prestígio em relação não só a comunidade acadêmica, como também em relação ao público leigo. No entanto, tal prestígio - expresso basicamente na "captura" de docentes pela administração pública e pelos órgãos formuladores da política econômica, não parece, pelos dados levantados, ter-se refletido numa participação significativa da Faculdade de Economia e Administração (FEA), internamente à UFRJ, na distribuição de verbas e pessoal.

Por maior que seja o papel dos atuais docentes de Economia na UFRJ como grupo de status, a manutenção deste grupo dependerá da existência de uma infraestrutura que garanta - pela incorporação permanente de novos docentes e manutenção de uma base de recursos para prover o alunado de um mínimo de condições materiais de transmissão de conhecimento - a reprodução institucional da comunidade acadêmica. Não basta o prestígio atualmente atribuído a um grupo de indivíduos; é necessário que a Universidade garanta condições para a manutenção da qualidade de ensino e a cooptação daqueles que irão reproduzir, no futuro, a atual comunidade de docentes.

É claro que, até certo ponto, o ânimo e dedicação do corpo docente de uma instituição acadêmica dependem mais de estí-

(1) "Funcionários, professores e verbas: a distribuição de recursos na UFRJ" trabalho de Iniciação Científica, FEA/UFRJ, 1987. Coordenação de Anna Luiza O. de Almeida e Sonia Gomensoro.

mulos não-materiais (a possibilidade de pesquisar, publicar, ascender na carreira acadêmica) do que de estímulos materiais (salários).

No entanto, o ensino e a pesquisa dependem, para a sua continuidade, de estímulos materiais mínimos, expressos numa infraestrutura básica que garanta ao corpo docente em geral dedicar-se a suas atividades próprias. Sem isto, a partir do momento em que a atividade acadêmica converte-se em "bico", pouco poderá ser feito no sentido de garantir a dedicação integral requerida dos docentes e pesquisadores, especialmente no período inicial de suas carreiras e de sua qualificação básica. A função básica da Universidade, no caso, é garantir o entusiasmo dos seus professores.

Nestes termos, qual a situação atual da infraestrutura de ensino de Economia dentro da UFRJ?

## 02. FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES: DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES E FOLHA DE PAGAMENTO

### 2.1 - Situação em geral do ensino de humanidades

A existência de pessoal de apoio em número suficiente e motivado materialmente é uma condição básica para o bom desempenho dos docentes e das atividades de ensino e pesquisa. Sem que tais condições existam, o corpo docente terá constantemente, de fazer face a "gargalos" no exercício de sua atividade, que vão desde a falta de giz no quadro negro, até dano permanente nas instalações e equipamentos, passando pela falta de material bibliográfico, lentidão na preparação de reprografias, etc.

Qual a situação atual na UFRJ, no que se refere à distribuição dos seus funcionários e aos salários a eles atribuídos? Qual a situação específica no ensino de Economia?

Note-se, em primeiro lugar (Tabela 01) que, na distribuição de funcionários e de seus salários em toda a UFRJ, há uma nítida concentração de ambos em apenas quatro órgãos: o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), o Centro de Tecnologia (CT), a Reitoria e o Centro de Ciências da Saúde (CCS). Estes quatro órgãos absorvem...86,91% dos funcionários do quadro e 89,47% da folha de salários total da UFRJ. Ou seja: tanto os funcionários, quanto os recursos destinados à sua manutenção, estão concentrados na manutenção da administração central da Universidade (Reitoria) ou nos centros destinados ao ensino e pesquisa de Ciências... "Não-Humanas". Ao ensino de "humanidades" (Ciências Jurídicas e Econômicas, Fórum de Ciência e Cultura, Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes) são atribuídos 13,09% do total de funcionários e 10,53% da folha total de salários.

Tal situação aparece como um reflexo de um padrão de ensino que não só concentra recursos - materiais e humanos - no ensino e pesquisa de Ciências "exatas" e/ou "técnicas" - e na ge-

ração de tecnologias "de ponta", prioritárias do ponto de vista da Segurança Nacional, como também concebe o ensino das Ciências Humanas, latu sensu, como transmissão oratória de conhecimentos, em sala de aula, do professor aos alunos. Isto é: se o ensino de Ciências Humanas se reduziria, de acordo com esta ótica, ao gasto de "giz e saliva" em sala de aula, qual a utilidade de um corpo de funcionários além do mínimo necessário para a manutenção burocrática (registro de notas, matrículas, transferências, etc.) e material (conservação e reparo) dos seus centros de ensino?

Note-se que, de acordo com este enfoque não só o ensino de Ciências Humanas possui a menor proporção de funcionários e de gasto em folha de salários dentro da UFRJ, como também (Tabela 1/A) os menores salários médios - com exceção do Centro de Ciências da Saúde, o qual, no entanto, concentra sozinho 52,56% dos funcionários e 45,50% da folha de salários da UFRJ. No caso do ensino de Ciências Humanas, o que temos é um corpo de funcionários mal remunerado e reduzido, onde a quantidade não atua como fator de compensação do baixo nível de qualificação. Não só o funcionalismo limita-se a funções não-qualificadas e não-especializadas, como também é escasso, mesmo para este tipo de atividade.

## 2.2 - Situação geral do ensino de Economia

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), ao qual está subordinada a Faculdade de Economia e Administração (FEA), já é, em toda a UFRJ, o centro dotado do menor número de funcionários, da menor folha de salários e do menor salário médio. Separando este centro nas suas unidades componentes, quanto a distribuição de funcionários, folha de salários e salário médio em cada unidade (Tabelas 02 e 2/A) verificamos a situação precária da FEA, dentro do próprio centro em que está incluída.

Não só mais da metade dos funcionários e da folha de salários do CCJE encontram-se comprometidos com a Faculdade de Direito, em oposição às outras cinco unidades do centro, como,

destas unidades, é a FEA que apresenta a maior disparidade na distribuição proporcional de funcionários em relação à folha de salários. Assim, a FEA, com 25,64% do total de funcionários do CCJE, gasta apenas 11,33% da folha de salários do mesmo centro.

As demais unidades do CCJE, não incluída a Faculdade de Direito, lotam 21,37% do total de funcionários, gastando 28,78% da folha de salários do centro (Tabela 02).

Resulta daí um corpo de funcionários reduzido ao mínimo indispensável para a reprodução do ensino, o qual possui um dos mais baixos salários médios do centro - notando-se aliás, que os maiores salários médios encontram-se no Decanato do CCJE, isto é, na manutenção burocrática, sem maior contato com o alunado (Tabela 2/A). O que temos é um funcionalismo direcionado exclusivamente para a realização de atividades (registro, matrícula, etc.) estritamente suficientes para que os cursos da Faculdade tenham uma "personalidade" jurídica e validade legal - não sem razão, como pode ser visto pela indeterminação na alocação da folha de salários do CCJE, onde temos gastos em salários não definidos superiores a toda a folha de salários do PLANUR.

Não é só o CCJE que apresenta o maior número de alunos por funcionários lotados no ensino de graduação (Tabela 3), como também, dentro do centro, é na Faculdade de Economia e Administração que este número é maior (Tabela 3/A). Acrescente-se, aliás, que, não tendo o ensino pós-graduado um quadro distinto de funcionários no caso do ensino de Economia (IEI), esta relação alunos/funcionários deve ser, para fins práticos, ainda maior.

Esta situação parece dever-se à inflexibilidade da estrutura funcional acadêmica, em que os funcionários pouco se afastem da unidade original de lotação. Assim, não só as ditas unidades não podem, senão com muita dificuldade, organizarem-se com base no acesso comum a seus recursos humanos, como também ficam com o atendimento a suas necessidades de pessoal novo atrelado a pedidos de pessoal e verba, sempre lentos e analisados caso a caso, processo este freqüentemente dependente de considerações

de política acadêmica interna. O recurso padrão, no caso, é o uso de pessoal conveniado - isto é, a criação, para o acesso ao quadro profissional da universidade, de um novo "gargalo" composto por funcionários permanentemente incertos quanto a sua inclusão ou não no quadro. A política de cargos e salários, na universidade, se torna dual: salários, benefícios, filiação à previdência diferem para funcionários que exercem a mesma função, dependendo de pertencerem ou não ao quadro. Gera-se assim, um ponto de atrito constante, periodicamente minorado por repetidas efetivações - as quais tendem a ser claramente ressentidas pelo pessoal concursado. A falta de uma política de pessoal ágil é, portanto, um sério freio ao rápido crescimento das estruturas acadêmicas de apoio ao ensino.

### 03. DOCENTES: FOLHA DE SALÁRIOS, NÚMERO E SITUAÇÃO FUNCIONAL

#### 3.1 - A questão salarial: número de docentes, salários e carreiras

A distribuição dos docentes pelos diversos centros da UFRJ, e, portanto, da sua folha de pagamentos (Tabela 04) apresenta-se mais ou menos uniforme, contrariamente à distribuição dos funcionários.

O mesmo pode ser dito a respeito dos salários médios (Tabela 4/A), com exceção dos docentes lotados na Reitoria e no Fórum de Ciência e Cultura - o que já explicita uma tendência ao afastamento gradual, por parte dos professores melhor qualificados, do contato direto com o alunado. Esta tendência, própria ao meio acadêmico brasileiro, de atribuir maior prestígio e maior remuneração aos professores mais qualificados, afastando-os das atividades regulares em sala de aula, é que parece explicar o baixo salário médio dos docentes do CCJE. De fato, o centro possui apenas um docente lotado em unidade (Decanato), que não inclui, entre suas atividades, a organização de cursos e a realização de aulas. A proporcionalidade entre o número de professores lotados em cada unidade e a participação de cada unidade na folha de salários, é mais ou menos constante (Tabela 05). No entanto, é exatamente a FEA, como unidade com maior número de docentes, que possui o menor salário médio para os mesmos (Tabela 5/A).

Tal situação parece resultar de dois fatores: a desvalorização relativa da atividade docente em si, e a necessidade de distribuição igualitária de verbas entre as diversas unidades acadêmicas.

Na medida em que os docentes mais qualificados buscam ampliar seus ganhos externamente à Universidade, ou dividindo-se, dentro dela, entre várias atividades (a graduação e o pós-graduação) surge a tendência de que tais docentes atuem muito mais como conferencistas e palestrantes, surgindo aqui e ali, em vários cursos e turmas, do que como responsáveis por uma turma e um curso bem definidos. Esta tendência aponta para problemas graves, no sentido de criação de lideranças acadêmicas capazes de reformular a praxis concreta de ensino. Não estando os docentes mais qualificados em sala de aula, o esforço de reorganização e de reformulação de cadeiras, currículos, etc., cai nas mãos dos docentes em início de carreira. A "correia de transmissão" defronta-se com um "gargalo" em termos de práticas pedagógicas, na medida em que os mais habilitados para a sua transmissão são estimulados - devido a vantagens, principalmente, de prestígio - a afastarem-se das atividades didáticas e tornarem-se docentes itinerantes, que representam a universidade em conferências, seminários, simpósios, etc. O ganho em renome para a Universidade, conseguido pela presença dos seus melhores professores em eventos externos, é assim a causa da perda destes mesmos professores para os seus próprios departamentos.

Um outro problema é o do esforço de distribuir, mais ou menos igualitariamente, as verbas disponíveis por unidades de ensino. Tal prática tem duas consequências: uma, o rebaixamento dos salários médios; outra, o estrangulamento das carreiras acadêmicas.

O rebaixamento do salário médio - que, como já visto acima, é tanto menor quanto maior o número de professores lotados na unidade - é, basicamente, uma consequência da prática de remediar-se a falta de docentes mediante a utilização de estudantes do pós-graduação, ou pós-graduados já titulados que desejem

"marcar presença" na universidade enquanto esperam a realização de concurso, e de professores de dedicação não exclusiva (20 hs. semanais). Estas práticas tem as seguintes consequências: primeiro, colocar a política de pessoal docente da universidade como política de regularização de situações de fato (regularização dos docentes não-remunerados por concurso) tendo por consequência a não-renovação "de fora" dos quadros docentes e a existência de conflitos dentro do corpo docente, entre os regularizados a priori e os regularizados a posteriori. Em segundo lugar, a utilização de docentes de tempo parcial, quando extensiva, e sancionada pela sua extensão como prática regular, implica em admissão tácita da impossibilidade da instituição de oferecer uma carreira aos docentes. Estes, precisando obter seus meios de sustento fora da instituição, acabam por considerarem seu trabalho acadêmico como "bico" ou passatempo.

O grau de estrangulamento das carreiras acadêmicas pode ser visualizado pela distribuição dos docentes por carga horária e categorias funcionais, na UFRJ (Tabela 06) e no CCJE (Tabela 07). Verificamos aí que, tanto na UFRJ como no todo, no CCJE e na FEA em especial, a tendência mais gritante na classificação dos docentes é o estreitamento da base de recrutamento, constituída pelos docentes auxiliares; a categoria mais numerosa isoladamente é a dos docentes adjuntos, seja na UFRJ, no CCJE como um todo, ou na FEA (na Faculdade de Direito, os assistentes são mais numerosos que os adjuntos, mas a categoria dos auxiliares é praticamente inexistente). Estes fatos dão conta de uma subordinação da política de docentes à política geral de funcionalismo público, o que inibe todo e qualquer esforço para a renovação do corpo docente de forma ordenada. O que acaba por predominar são improvisações (aulas gratuitas ou pagas em regime de prestação de serviços por docentes que aguardam efetivação futura), geradoras inevitáveis de tensões, como já dito acima.

### 3.2 - Relação alunos por docente

A tendência à equalização do número de docentes por centro e unidade, na medida em que existe um esforço de equalizar as

verbas a distribuir, implica numa relação alunos/docente extremamente elevada em centros, como o CCJE, em que o número de vagas oferecido parece ter aumentado sem levar em consideração uma relação ideal entre número de alunos e docentes (Tabela 08) - mais uma consequência de uma postura que tende a considerar os cursos de Ciências Humanas como uma sequência de conferências.

Muito embora a relação alunos por professores seja mais baixa na FEA/UFRJ que na Faculdade de Direito, a única outra unidade do CCJE a dispor de quadro próprio de docentes na data de pesquisa de Dantase Silveira (Tabela 08/A), esta relação é fictícia, na medida em que, não só não considera a diferenciação dos docentes por sua carga horária, como também não dá conta dos docentes originalmente lotados na FEA e cedidos aos núcleos de ensino e pesquisa em pós-graduação surgidos sucessivamente (COP-PEAD, PLANUR, IEI). Evidentemente, tanto a FEA quanto estes centros devem sofrer igualmente com o mesmo problema: a escassez de docentes.

## 04. A QUESTÃO DO ORÇAMENTO

Ao verificarmos a distribuição dos recursos orçamentários de 1986, para a UFRJ (Tabela 09) e para o CCJE (Tabela 10), temos como traço mais saliente o fato de que, a medida que nos deslocamos da UFRJ como um todo para suas unidades, os recursos destinados à manutenção administrativa - que incluem instalações e equipamentos - perdem importância para a manutenção acadêmica - isto é, para os recursos gastos em pessoal docente e no apoio burocrático à atividade letiva - até chegarmos à FEA, onde praticamente a totalidade dos recursos previstos no orçamento (98,10%) destinam-se à esta manutenção dos alunos e docentes da graduação.

Assim, esta distribuição de verbas compromete o ensino de Ciências Humanas com um "figurino" em vias de ser ultrapassado pelo desenvolvimento de meios informatizados, uso de vídeos e outros equipamentos de tecnologia de ponta. Inexiste previsão de recursos para a formação de uma infraestrutura administrativa

neste sentido.

Na verdade, como se pode ver pelas razões de gasto destes recursos (Tabelas 11 e 12) sua maior parte é gasta, a nível de unidades de ensino - a FEA entre elas - no pagamento aos professores, apenas a tal ponto que os gastos per capita com o corpo docente chegam, na FEA, a Cz\$ 16.020.000,00 anuais contra Cz\$ 4,90 per capita anuais gastos diretamente com o alunado. Efetivamente, o que temos é que a previsão orçamentária parece ser estabelecida exclusivamente em função do número de docentes, os funcionários e alunos sendo considerado quase como quantidades negligenciáveis.

## 05. CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, que o ensino de Economia na UFRJ sofre dos seguintes pontos de estrangulamento:

01. Subordinação a uma política geral de verbas para a universidade, que tende a distribuir igualmente recursos entre diversos departamentos, sem que haja uma negociação em torno de prioridades de crescimento;
02. Inexistência de uma política ágil de contratação de pessoal administrativo e estrangulamento da capacidade de contratação de novos docentes, em função da subordinação do orçamento acadêmico à política geral de gasto público;
03. Afastamento dos docentes mais qualificados de contato direto com o alunado;
04. Manutenção de um modelo de ensino de Ciências Sociais, centrado no docente enquanto palestrante; ausência de uma política de meios didáticos de ponta (vídeo, informática) e de manutenção de um corpo de funcionários especializados; alta relação de alunos por docente.

Na verdade, como assinala Cláudio de Moura Castro, num artigo recente (1), as faculdades brasileiras, apesar da sua organização idealizar-se de acordo com o modelo anglo-saxônico da "universidade de pesquisa", na prática, ainda funcionam como grandes écoles francesas, em que o que conta é o brilhantismo teatral dos professores e o talento dos alunos, para a produção de um prestígio acadêmico fundado unicamente no alto nível intelectual do corpo docente e discente - e nas carreiras futuras dos formandos, sem que a universidade, por si só, produza conhecimento. Ela apenas reflete a si própria. Num país em que a geração de políticas científicas, tecnológicas, sociais, etc., autônomas é uma necessidade vital, impõe-se rever este "figurino", em favor

<sup>1</sup>"O que está acontecendo com a educação no Brasil?". IN "A transição incompleta: Brasil desde 1945" de Edmar Bacha e Herbert S. Klein (orgs), volume 2, pgs. 103/161, Paz e Terra, 1986.

de uma universidade que produza algo mais material do que o prestígio associado a sí próprio ao seu corpo docente e aos diplomas por ela emitidos.

A recente criação de uma Coordenação de Captação de Recursos, na UFRJ, significa um esforço decisivo para a redução dos desníveis de verba que, até agora, têm impedido a integração entre ensino e pesquisa. Na medida em que a referida coordenação cresça em influência - seu objetivo sendo o de orientar grupos de pesquisadores para captação de recursos - torna-se possível o crescimento rápido da pesquisa na graduação e a ordenação da carreira acadêmica em termos de dedicação integral. O futuro desta experiência deve, assim, ser acompanhado e avaliado.

Tabela 01: UFRJ - JULHO/86

DISTRIBUIÇÃO (ABSOLUTA E PERCENTUAL) DOS FUNCIONÁRIOS DO QUADRO E DE SUA FOLHA DE SALÁRIOS, SEGUNDO CENTROS

CENTROS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	%	% ACUMULADO	GASTO EM SALÁRIOS (Cz\$)	%	% ACUMULADO
CCJE	117	1,81	1,81	355.415,78	1,21	1,21
FORUM	128	1,99	3,80	479.534,07	1,63	2,84
CFCH	251	3,89	7,69	992.584,13	3,38	6,22
CLA	348	5,40	13,09	1.265.829,15	4,31	10,53
CCM	436	6,76	19,85	5.083.891,30	17,31	27,84
CT	449	6,96	26,81	1.867.752,21	6,36	34,20
REITORIA	1330	20,63	47,44	5.962.616,10	20,30	54,50
CCS	3389	52,56	100,00	13.363.719,19	45,50	100,00
TOTAL GERAL	6448	100,00	-	29.370.343,41 (1)	100,00	-

FONTE: levantamento do NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), Tabela I.A.2.3.

(1) não incluídos gastos não definidos de Cz\$ 498,76.

Tabela 01/A: UFRJ - JULHO/86

SALÁRIO MÉDIO (MASSA SALARIAL/Nº DE FUNCIONÁRIOS) DOS FUNCIONÁRIOS  
NÃO DOCENTES, SEGUNDO CENTRO

CENTRO	SALÁRIO MÉDIO (Cz\$)
CCJE	3.037,74
FORUM	3.746,36
CFCH	3.954,52
CLA	3.637,44
CCMN	11.660,30
CT	4.158,69
REITORIA	4.483,17
CCS	3.943,26
TOTAL GERAL	4.555,03

FONTE: NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), Tabela I.A.2.3.

Tabela 02: CCJE/UFRJ - JULHO/86

DISTRIBUIÇÃO (ABSOLUTA E PERCENTUAL) DOS FUNCIONÁRIOS DO QUADRO E DA SUA FOLHA  
DE SALÁRIOS, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADES	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	%	% ACUMULADO	GASTO EM SALÁRIOS (Cz\$)	%	% ACUMULADO
IEI	0	0	0	0	0	0
COPPEAD	03	2,56	2,56	7.836,38	2,42	2,42
PLANUR	08	6,84	9,40	28.020,20	8,66	11,08
DECANATO/CCJE	14	11,97	21,37	57.241,91	17,10	28,78
FEA	30	25,64	47,01	36.648,29	11,33	40,12
FAC. DIREITO	62	52,99	100,00	193.689,20	59,88	100,00
TOTAL GERAL	117	100,00	-	323.435,98 (1)	100,00	-

FONTE: NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), Tabela I.A.2.3.

(1) Não incluídos gastos não definidos de Cz\$ 31.974,80

Tabela 02/A: CCJE/UFRJ - JULHO/86

SALÁRIO MÉDIO (MASSA SALARIAL/FUNCIÓNÁRIOS DO QUADRO) DOS FUNCIÓNÁRIOS NÃO DOCENTES, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADE	SALÁRIO MÉDIO (Cz\$)
IEI	0
COPPEAD	2.612,13
PLANUR	3.502,53
DECANATO / CCJE	4.088,71
FEA	3.221,67
FAC. DIREITO	3.124,02

FONTE: NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), Tabela I.A.2.3.

Tabela 03: UFRJ - JULHO/86

RAZÃO ENTRE ALUNOS ATIVOS E FUNCIÓNÁRIOS LOTADOS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO CENTROS

CENTRO	ALUNOS ATIVOS DA GRADUAÇÃO	FUNCIÓNÁRIOS LOTADOS NA GRADUAÇÃO	ALUNOS / FUNCIÓNÁRIOS
CCJE	3364	111	30,31
CFCH	3682	251	14,67
CLA	5101	327	15,60
CCMN	2087	297	7,03
CT	3467	212	16,35
CCS	4344	560	7,76
TOTAL GERAL	22035	1.758	12,53

FONTE: - Alunos: Sub-Reitoria de Graduação e Corpo Docente - SR-1

- Funcionários: Sub-Reitorias de Pessoal e Serviços Gerais - SR-4

IN Dantas e Silveira (1987), Tabela I.1.2.4.



Tabela 03/A: CCJE/UFRJ - JULHO/86

RAZÃO ENTRE ALUNOS ATIVOS E FUNCIONÁRIOS LOTADOS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADE	ALUNOS	FUNCIONÁRIOS	ALUNOS / FUNCIONÁRIOS
DECANATO	-	13	-
FEA	1681	36	46,69
FAC. DE DIREITO	1673	62	26,98
TOTAL GERAL	3364	111	30,31

FONTE: as mesmas da Tabela 03.

18

Tabela 04: UFRJ - JULHO/86

DISTRIBUIÇÃO (ABSOLUTA E PERCENTUAL) DOS DOCENTES E DE SUA FOLHA DE PAGAMENTOS, SEGUNDO CENTROS

CENTROS	NÚMERO DE DOCENTES	%	% ACUMULADO	GASTO EM SALÁRIOS (Cz\$)	%	% ACUMULADO
REITORIA	19	0,55	0,55	370.070	1,00	1,00
FORUM	76	2,21	2,76	1.068.620	2,88	3,88
CCJE	190	5,52	8,28	1.533.580	4,13	8,01
CFCH	457	13,27	21,54	4.596.690	12,39	20,40
CCMN	471	13,68	35,22	5.518.960	14,69	49,98
CLA	611	17,74	68,78	6.370.640	17,18	67,16
CCS	1075	31,21	100,00	12.180.130	32,84	100,00
TOTAL GERAL	3444	100,00	-	37.087.800	100,00	-

19

FONTE: NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), Tabela II.A.2.1.

Tabela 04/A: UFRJ - JULHO/86

SALÁRIO MÉDIO DOS DOCENTES, SEGUNDO CENTRO

CENTRO	SALÁRIO MÉDIO (Cz\$)
REITORIA	19.477,37
FORUM	22.113,42
CCJE	8.071,47
CFCH	10.058,40
CCMN	11.717,54
CT	9.998,37
CLA	10.426,58
CCS	11.330,35
TOTAL GERAL	10.768,81

FONTE: Tabela 04.

Tabela 05: CCJE/UFRJ - JULHO/86

DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS DOCENTES E DA FOLHA DE PAGAMENTO, SEGUNDO UNIDADES.

UNIDADES	NÚMERO DE DOCENTES	%	% ACUMULADO	GASTO EM SALÁRIOS (Cz\$)	%	% ACUMULADO
PLANUR	01	0,52	0,52	9.830,00	0,64	0,64
DECANATO/CCJE	01	0,52	1,05	22.110,00	1,44	2,08
IEI	03	1,58	2,63	30.010,00	1,95	4,03
COPPEAD	18	9,47	12,10	178.660,00	11,68	15,71
FAC. DIREITO	69	36,32	48,42	555.480,00	36,13	51,84
FEA	98	51,58	100,00	740.500,00	48,16	100,00
TOTAL GERAL	190	100,00	-	1.537.590,00	100,00	-

FONTE: NCE/UFRJ, IN Dantas e Silveira (1987), tabela II.A.2.1.

Tabela 05/A: CCJE/UFRJ - JULHO/86

## SALÁRIO MÉDIO DOS DOCENTES, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADE	SALÁRIO MÉDIO (Cz\$)
PLANUR	9.830,00 (1)
DECANIA/CCJE	22.110,00 (1)
IEI	10.003,33
COPPEAD	9.981,11
FAC. DIREITO	8.050,43
FEA	7.446,12

(1) Apenas um docente lotado na unidade.

FONTE: Tabela 05.

Tabela 05: UFRJ/FEVEREIRO 1987

DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS DOCENTES POR CATEGORIA FUNCIONAL  
E CARGA HORÁRIA SEMANAL, SEGUNDO CENTRO

CENTROS	TOTAL	AUXILIARES			ASSISTENTES			ADJUNTOS			TITULARES		
		20h	40h	20h	40h	20h	40h	20h	40h	20h	40h		
FORUM	29 100%	0	0	0	11 37,9%	0	01 3,4%	01 3,4%	01 3,4%	16 55,3%			
CCJE	188 100%	08 4,3%	01 0,5%	35 18,6%	36 19,2%	44 23,4%	47 25,0%	04 2,1%	13 6,9%	04 2,1%	03 1,6%	38 10,1%	
CFCH	376 100%	10 2,7%	06 1,6%	24 6,4%	75 19,9%	25 6,6%	195 51,9%	03 0,8%	03 0,8%	10 2,7%	23 6,1%	63 16,7%	
CCMN	365 100%	03 0,8%	05 1,4%	30 8,2%	130 35,6%	42 11,5%	130 35,6%	02 0,5%	02 0,5%	23 6,3%	23 6,3%	23 6,3%	
CT	564 100%	0	02 0,4%	101 17,9%	90 16,0%	106 18,8%	238 42,2%	07 1,2%	20 3,5%	20 3,5%	20 3,5%	20 3,5%	
CLA	602 100%	17 2,8%	17 2,8%	34 5,5%	199 33,10%	32 5,3%	32 5,3%	217 36,0%	10 1,7%	71 11,8%	10 1,7%	71 11,8%	
CCS	1061 100%	35 3,3%	14 1,3%	70 6,6%	257 24,2%	112 10,5%	417 39,3%	43 4,1%	43 4,1%	113 10,5%	113 10,5%	113 10,5%	
TOTAL GERAL	3185 100%	73 2,3%	45 1,4%	299 4,4%	798 25,1%	361 11,3%	1245 39,1%	70 2,2%	70 2,2%	294 9,2%	294 9,2%	294 9,2%	

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabelas II.A.2.4 a II.A.2.7.

Tabela 07: CCJE/UFRJ - FEVEREIRO/1987

DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS DOCENTES, POR CATEGORIA FUNCIONAL  
E CARGA HORÁRIA SEMANAL, SEGUNDO UNIDADE

UNIDADES	TOTAL	AUXILIARES		ASSISTENTES		ADJUNTOS		TITULARES	
		20H	40H	20H	40H	20H	40H	20H	40H
PLANUR	01 100%	0	0	0	0	0	01 100%	0	0
CCJE/DECANIA	01 100%	0	0	0	0	0	01 100%	0	0
IEI	04 100%	0	0	0	0	01 25%	03 75%	0	0
COPPEAD	19 100%	0	0	05 26,3%	02 10,5%	0	12 63,2%	0	0
FAC. DIREITO	67 100%	01 1,5%	0	15 22,4%	16 23,9%	12 17,9%	14 20,9%	01 1,5%	03 11,9%
FEA	96 100%	07 7,3%	01 1,0%	15 15,6%	18 18,8%	31 32,3%	16 16,7%	03 3,1%	05 5,2%
TOTAL	188	08	01	35	36	44	47	04	13

24

FONTE: NEC, IN Dantas e Silveira, Tabelas II.A.2.4 a II.A.2.7.

Tabela 08: UFRJ - JULHO/86

RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTES, SEGUNDO CENTRO

CENTRO	ALUNOS	DOCENTES	ALUNOS/DOCENTES
CLA	5.157	611	8,44
CCS	4.426	1075	4,12
CFCH	3.581	457	7,84
CT	3.522	545	6,46
CCJE	3.248	190	17,09
CCMN	2.146	471	4,56

25

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabela II.A.2.1.

Tabela 08/A: CCJE/UFRJ - JULHO/86

## RELACÃO ALUNOS/DOCENTES, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADES	ALUNOS	DOCENTES	ALUNOS/DOCENTES
FAC. DIREITO	1.630	69	23,62
FAC. ECON. E ADMINISTRAÇÃO	1.610	98	16,43

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabela II.A.2.1.

Tabela 09: UFRJ - Orçamento 1986

## DESTINAÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO CENTROS

CENTROS	TOTAL Cz\$ 1.000	DESTINAÇÃO DE RECURSOS					
		MANUTENÇÃO		ACADÊMICA			
		GRADUAÇÃO Cz\$ 1.000	%	POS-GRADUAÇÃO Cz\$ 1.000	%		
CCS	21.747,2	4.340,5	20,0	775,0	3,5	16.631,5	76,5
CCMN	5.844,4	1.625,3	27,8	316,3	5,4	3.902,8	66,8
CT	5.073,1	3.656,8	72,1	1.293,4	25,5	123,0	2,4
CFCH	2.465,6	1.941,6	78,7	373,9	15,2	150,0	6,1
CLA	2.304,7	2.266,5	98,3	25,9	1,1	12,3	0,5
CCJE	1.623,6	1.519,7	93,6	19,6	1,2	84,7	5,2
FORUM	1.033,0	852,0	82,5	137,1	13,3	43,9	4,2
TOTAL GERAL	40.091,6	16.202,4	40,4	2.941,2	7,3	20.948,2	

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabelas III.A.3.4 e III.A.3.7.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO UNIDADES

UNIDADES	TOTAL	DESTINAÇÃO DE RECURSOS					
		MANUTENÇÃO		ACADÊMICA		MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
		GRADUAÇÃO Cz\$ 1.000	%	POS-GRADUAÇÃO Cz\$ 1.000	%	Cz\$ 1.000	%
PLANUR	90,0	0	0	90,0	100,0	0	0
COPPEAD	90,0	0	0	90,0	100,0	0	0
IEI	98,2	47,5	99,3	0,7	0,7	0	0
DECANIA	184,8	110,5	59,8	0	0	74,3	40,2
FEA	480,6	471,6	98,1	0	0	9,0	1,9
FAC. DIREITO	680,4	660,1	97,0	18,9	2,8	1,4	0,2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.623,6</b>	<b>1.519,7</b>	<b>43,6</b>	<b>19,6</b>	<b>1,2</b>	<b>84,7</b>	<b>5,2</b>

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabelas III.A.3.1 a III.A.3.3.

Tabela 11: Orçamento 1986

RAZÕES DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, SEGUNDO CENTROS

CENTROS	RECURSOS POR FUNCIONÁRIOS (1) Cz\$	RECURSOS POR DOCENTE (2) Cz\$ 1.000	RECURSOS POR ALUNOS	
			GRADUAÇÃO (3) Cz\$	PÓS-GRADUAÇÃO (4)
CCS	4.907,49	20,21	980,68	267,74
CCMN	8.951,38	12,41	757,36	227,06
CT	273,94	9,31	1.038,27	151,27
CFCH	597,61	5,40	542,19	184,10
CLA	35,34	3,78	439,50	32,42
CCJE	723,93	8,55	467,89	21,54
FORUM	342,97	13,59	0,0	347,97
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.093,94</b>	<b>11,71</b>	<b>733,80</b>	<b>173,30</b>

FONTE: NCE, IN Dantas e Silveira, Tabelas III.A.3.4 a III.A.3.7.



## RAZÕES DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, SEGUNDO CENTROS

UNIDADES	RECURSOS POR FUNCIONARIOS Cz\$	RECURSOS POR DOCENTES Cz\$ 1.000	R E C U R S O S P O R A L U N O	
			GRADUAÇÃO - Cz\$	PÓS - GRADUAÇÃO Cz\$ 1.000
PLANUR	0,0	90,00	0,00	292,20
COPPEAD	0,0	5,00	0,00	769,5
IEI	0,0	32,73	0,00	1.364,0
DECANIA	5.307,10	13.200,00	184,80	0,0
FEA	300,00	16.020,00	4,90	0,0
FAC. DE DIREITO	22,58	10.974,00	9,86	45,8

FONTE: NCE, IN, Dantas e Silveira, Tabelas III.A.3.1 a III.A.3.3.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1988  
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
157. GIAMBIAGI, Fabio. <u>Decisões Independentes, Expectativas e Racionalidade Econômica: Uma interpretação para o Fracasso dos congelamentos. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 157)</u>	25
158. JAGUARIBE, Anna Maria. <u>Projeto Estado. Bases para uma comparação entre Brasil, Itália e Espanha nos anos 60-80. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 158)</u>	38
159. OZORIO, Anna Luiza. <u>A posição do ensino de economia na UFRJ: funcionários, professores e verbas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 159)</u>	31
160. TAUILLE, José Ricardo. <u>Notas sobre tecnologia, trabalho e competitividade no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 160)</u>	27
161. MEDICI, André Cezar. <u>Observaciones sobre el financiamiento del sistema de salud argentino. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 161)</u>	33